



AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 10.338.320/0001-00 | CVM nº 02217-9 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta	19,2	2,4	700%	60,3	46,9	29%
EBITDA	13,5	(0,3)	N/A	43,8	30,3	45%
Resultado Financeiro	0,4	0,4	-	1,1	1,7	(35%)
Lucro Líquido	11,2	(0,3)	N/A	34,0	28,7	18%

Indicadores Financeiros de Dívida¹	2024	2023	Variação
Dívida Líquida²/EBITDA³	0,53	0,09	0,44

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
³ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:
 • Margem bruta de R\$ 19,2 milhões no 4T24 (+700% vs. 4T23) e de R\$ 60,3 milhões em 2024 (+29% vs. 2023), devido a correção monetária do valor do ativo de contrato considerando a recuperação do IGP-M entre os períodos comparados.
 • EBITDA R\$ 13,5 milhões no 4T24 (+R\$13,8 milhões vs. 4T23) e de R\$ 43,8 milhões em 2024 (+R\$13,5 milhões vs. 2023).
 • Lucro líquido de R\$ 11,2 milhões no 4T24 (+11,5 milhões vs. 4T23) e de R\$ 34,0 milhões em 2024 (+R\$5,3 milhões vs. 2023).
 • Alto desempenho da taxa de disponibilidade, registrando 99,91% em 2024, acima do limite estipulado pelo ONS.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo com um cenário macroeconômico e setorial desafiador, 2024 foi mais um ano de realizações importantes e resultados consistentes: a Neoenergia encerrou o ano com EBITDA de R\$ 12,5 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 3,6 bilhões. Destaque mais uma vez para nossa disciplina de gastos, que manteve o crescimento de despesas operacionais em 6%, portanto em linha com a inflação no período e o aumento do portfólio de negócios. Mantivemos em 2024 nossa estratégia de crescimento sustentável, baseada em um plano de qualidade robusto e disciplina na alocação de capital: nossos investimentos totalizaram R\$ 9,8 bilhões, 10% acima do ano anterior, concentrados principalmente em redes de distribuição e transmissão. Em Distribuição, investimos R\$ 5,5 bilhões, aumentando nossa base de ativos, com foco contínuo em um melhor serviço aos nossos 17 milhões de clientes e na maior resiliência de nossas redes. Anunciamos ainda um amplo e detalhado Plano de Investimentos até 2027 para nossas distribuidoras, reforçando nosso compromisso com nossos clientes e com a sociedade nas regiões onde atuamos. Sempre com o cliente no centro de nossas ações e a fim de melhorar ainda mais nosso atendimento, criamos em 2024 uma diretoria dedicada exclusivamente à Experiência do Cliente, inauguramos 37 novas lojas de atendimento presencial e fizemos melhorias em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços. Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.

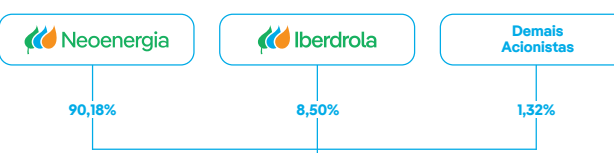
Ainda no negócio de Distribuição, concluímos a Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Neoenergia Cosern na Bolsa de Valores (B3) e agora detemos 100% de participação acionária na Companhia, simplificando nossa estrutura societária e aumentando o investimento em uma distribuidora que é referência de mercado e que traz anualmente importantes resultados para o grupo, reforçando nosso compromisso em gerar valor para nossos acionistas. Em Transmissão, investimos R\$ 4,1 bilhões e entregamos os projetos de Itabaipana, Estreito e Paraisópolis, além de importantes trechos de Morro do Chapéu, Guanabara e Vale do Itajaí, adicionando cerca de R\$ 300 milhões de nova Receita Anual Permitida (RAP) e fechando o ano com R\$ 1 bilhão de RAP. Com isso, vamos nos encaminhando para o fim deste ciclo de investimentos em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços. Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.

Ainda no negócio de Distribuição, concluímos a Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Neoenergia Cosern na Bolsa de Valores (B3) e agora detemos 100% de participação acionária na Companhia, simplificando nossa estrutura societária e aumentando o investimento em uma distribuidora que é referência de mercado e que traz anualmente importantes resultados para o grupo, reforçando nosso compromisso em gerar valor para nossos acionistas. Em Transmissão, investimos R\$ 4,1 bilhões e entregamos os projetos de Itabaipana, Estreito e Paraisópolis, além de importantes trechos de Morro do Chapéu, Guanabara e Vale do Itajaí, adicionando cerca de R\$ 300 milhões de nova Receita Anual Permitida (RAP) e fechando o ano com R\$ 1 bilhão de RAP. Com isso, vamos nos encaminhando para o fim deste ciclo de investimentos em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços. Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.

Ainda no negócio de Distribuição, concluímos a Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Neoenergia Cosern na Bolsa de Valores (B3) e agora detemos 100% de participação acionária na Companhia, simplificando nossa estrutura societária e aumentando o investimento em uma distribuidora que é referência de mercado e que traz anualmente importantes resultados para o grupo, reforçando nosso compromisso em gerar valor para nossos acionistas. Em Transmissão, investimos R\$ 4,1 bilhões e entregamos os projetos de Itabaipana, Estreito e Paraisópolis, além de importantes trechos de Morro do Chapéu, Guanabara e Vale do Itajaí, adicionando cerca de R\$ 300 milhões de nova Receita Anual Permitida (RAP) e fechando o ano com R\$ 1 bilhão de RAP. Com isso, vamos nos encaminhando para o fim deste ciclo de investimentos em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços. Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.

I. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, oriunda do processo de desverticalização da Coelba, constituída em 18 de agosto de 2008. Em 30 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano. No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de dois dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Recetas Anuais Permitidas - RAP para o ciclo 2024-2025
 Em 19 de julho de 2024, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.348, que estabeleceu as Recetas Anuais Permitidas - RAP para o ciclo 2024-2025, definindo o valor da RAP de Afluente T em R\$ 65 milhões. O valor da RAP da Companhia é ajustado anualmente pelo IGP-M. Em 20 de outubro de 2023 foi emitido o despacho nº 3.928, autorizando a implantação de melhoria na subestação Tomba, com RAP prevista de R\$ 2,1 milhões, também atualizada anualmente pelo IGP-M. O Termo de Liberação Definitiva da obra foi emitido em 27 de dezembro de 2024.

Regulamentação - Decreto nº 11.314/2022 - Concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência
 Em 23/05/24 foi aberta a 1ª fase da Tomada de Subsídios ANEEL nº 8/2024 e em 26/12/24 foi aberta a 2ª fase, ambas com o objetivo de obter subsídios acerca da regulamentação do Decreto nº 11.314, de 28/12/22 que estabelece as regras de licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência.

Foram postos para contribuição social aspectos técnicos como o tratamento de melhorias ao longo da concessão e a regulamentação das Demais Instalações de Transmissão - DIT e da transição da prestação dos serviços de transmissão. Também fazem parte do escopo desta tomada de subsídios aspectos financeiros como a definição dos ativos indenizáveis nas concessões licitadas, levando-se em conta o histórico dos ativos e a sua amortização e a definição da metodologia de indenização para estes ativos. Conforme a Agenda Regulatória ANEEL para o biênio 2024-2025, ainda está prevista a abertura de uma Consulta Pública no primeiro semestre de 2025 acerca do tema e a conclusão da regulamentação do decreto está prevista para o segundo semestre do mesmo ano.

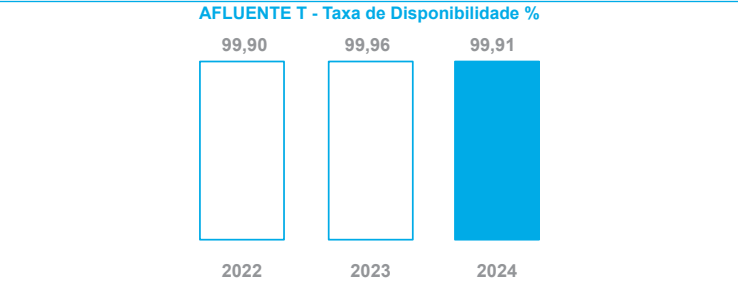
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com potência instalada de 600 MVA, a Afluente T é composta pelos ativos abaixo:

Operacionais	Estado	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão
AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)			
Linhas de Transmissão			
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1		13/09/2009	
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1		13/09/2009	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2		02/08/2009	
LT 230 KV Pólo - Camacari IV C-2		19/01/2015	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1	BA	24/11/2009	08/08/2027
LT 230 KV Pólo - Camacari IV C-1		18/01/2015	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1		31/01/2016	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2		31/12/1990	
LT 230 KV Funil - Poçoões I		06/04/2023	

Subestações Rede Básica	Estado	Entrada Operação	Final da Concessão
Tomba Brumado II - 230V/69KV Itagibá	BA	31/12/1990 11/12/2002 13/09/2009	08/08/2027

A disponibilidade apresentada pela Afluente T foi de 99,91% em 2024 (vs. 99,96% em 2023), representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%. As concessões de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.



5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T24		4T23		2024		2023	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita Líquida	33,9	2,7	31,2	1156%	86,0	67,3	18,7	28%
Custos de Construção	(14,7)	(0,2)	(14,5)	7.250%	(25,8)	(20,5)	(5,3)	26%
Margem Bruta	19,2	2,4	16,8	700%	60,3	46,9	13,4	29%
Despesa Operacional	(5,7)	(2,6)	(3,1)	119%	(16,5)	(16,4)	(0,1)	1%
PECLD	(0,0)	(0,1)	0,1	(100%)	0,1	(0,2)	0,3	N/A
EBITDA	13,5	(0,3)	13,8	N/A	43,8	30,3	13,5	45%
Depreciação	0,3	(0,1)	0,4	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-
Resultado Financeiro	0,4	0,4	-	-	1,1	1,7	(0,6)	(35%)
IR CS	(3,0)	(0,4)	(2,6)	650%	(10,7)	(3,1)	(7,6)	245%
LUCRO LÍQUIDO	11,2	(0,3)	11,5	N/A	34,0	28,7	5,3	18%

Afluente T apresentou margem bruta de R\$19,2 milhões no 4T24 (+700% vs. 4T23) e de R\$60,3 milhões no ano (+29% vs. 2023). Essa variação é explicada pela correção monetária do valor do ativo de contrato pela variação do IGP-M, ocorrida no 2T24 e 4T24.

As despesas operacionais totalizaram -R\$5,7 milhões no 4T24 (-R\$3,1 milhões vs. 4T23) e no ano, as despesas atingiram -R\$16,5 milhões, mantendo-se em linha com 2023. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de +R\$13,5 milhões no 4T24 (+R\$13,8 milhões vs. 4T23) e de R\$43,8 milhões em 2024 (+R\$13,5 milhões vs. 2023). A Companhia registrou Lucro líquido de R\$11,2 milhões no 4T24 (+11,5 milhões vs. 4T23) e de R\$34,0 milhões em 2024 (+R\$5,3 milhões vs. 2023). Vale destacar a alteração no regime de tributação para o lucro real a partir do 1T24, afetando a rubrica de IR/CS.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24		4T23		2024		2023	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Lucro líquido do período (A)	11,2	(0,3)	11,5	N/A	34,0	28,7	5,3	18%
Despesas financeiras (B)	(0,1)	(0,1)	-	-	(0,6)	(0,1)	(0,5)	500%
Recitas financeiras (C)	0,6	0,5	0,1	20%	1,8	1,9	(0,1)	(5%)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(0,1)	(0,0)	(0,1)	-	(0,1)	(0,1)	-	-
Imposto de renda e contribuição social (E)	(3,0)	(0,4)	(2,6)	650%	(10,7)	(3,1)	(7,6)	245%
Depreciação e Amortização (F)	0,3	(0,1)	0,4	N/A	(0,2)	(0,2)	-	-
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	13,5	(0,3)	13,8	N/A	43,8	30,3	13,5	45%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$ MIL)	4T24	4T23	Variação R\$	%	2024	2023	Variação R\$	%
Renda de aplicações financeiras	582	420	162	39%	1.745	1.448	297	21%
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(189)	(3)	(186)	6200%	(193)	(14)	(179)	1279%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívidas	(28)	(20)	(8)	40%	(489)	276	(765)	(277%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	1	2	(1)	(50%)	12	268	(256)	(96%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(14)	(9)	(5)	56%	(54)	(58)	4	(7%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	29	24	5	21%	125	223	(98)	(44%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(44)	(37)	(7)	19%	(572)	(157)	(415)	264%
Total	365	397	(32)	(8%)	1.063	1.710	(647)	(38%)

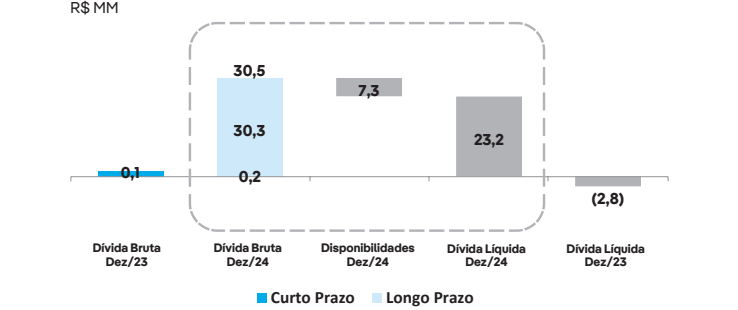
O resultado financeiro líquido foi de R\$365 mil no 4T24 (-8% vs. 4T23), explicado pelo aumento dos encargos da dívida devido à captação realizada em dezembro/2024. No ano, o resultado financeiro foi de R\$1.063 mil (-38% vs. 2023), também impactado pelo aumento das despesas não relacionadas ao serviço da dívida, em razão dos juros do recolhimento retroativo de IR/CS diferido de 2023, decorrentes da mudança do regime tributário de lucro presumido para lucro real, compensando a maior renda de aplicações financeiras no período.

8. INVESTIMENTOS

A Afluente T registrou em 2024 investimento de R\$25,7 milhões em projetos de ampliação e reforço homologados por meio de Resolução Autorizativa (REA) pela Aneel.

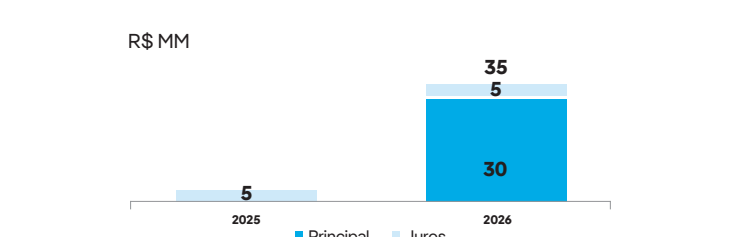
9. ENDIVIDAMENTO

9.1. Posição de Dívida
 Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu +R\$ 23,2 milhões (dívida bruta de R\$ 30,5 milhões), vs. -R\$ 2,8 milhões em dezembro de 2023. Essa variação é decorrente da captação de dívida realizada em dezembro de 2024, que totalizou R\$30 milhões. Em relação a segregação do saldo devido, a Afluente T possui 99,4% da dívida contabilizada no longo prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas
 A Afluente T tem estabelecido em seu Estatuto o pagamento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia também poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme a Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Neoenergia (https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa). Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 1) Dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 7,78 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2024 e pagos em 20 de dezembro de 2024;
 2) Dividendos adicionais de R\$ 21.534 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2024 e pagos em 20 de dezembro de 2024;
 3) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 8.027 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20 de junho de 2024 e pagos em 20 de dezembro de 2024;
 4) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 5.476 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18 de dezembro de 2024 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2025. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras

10.1.2. Governança Corporativa
 As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Afluente T reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia. O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo. **Conselho de Administração** Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros. **Diretoria** Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações. A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo. A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira. Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

- **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho:** como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- **Conteúdos de diversidade e inclusão:** foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- **Vilarejos Juntos:** rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQfobia no ambiente de trabalho, saúde mental, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBTQ, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- **Escola de Elettricistas:** iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- **Potencialize:** programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- **Hererary:** programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- **Formação administrativa de pessoas com deficiência:** programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- **Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher:** iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Elettricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de elettricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como



Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a laboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elás Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elás Lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

11.2. Inovação
A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os temas fundamentais da estratégia de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- **Tecnologias disruptivas** cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos.
- **Novos produtos e serviços** competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias avançadas em 2D e 3D, realidade virtual e aumento de eficiência, testes em ambiente artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- **Inovação com startups**, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, o interior da rede de inovação chamada do Programa Inovamos em Juntos, promovendo a criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela ANEEL, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido no L nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI ANEEL. Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela ANEEL reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, *startups* e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec e a Enecc, dedicado a testes em ambientes digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de Inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com *startups*; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterránea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multitlink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

11.3. Educação e Cultura
Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcredito social do BNDES e cuja execução ocorreu in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo do ano o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações de infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Mundo Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	3	85.999	67.307
Custos dos serviços	4	(38.029)	(32.318)
Custos de construção	4	(25,53)	(20,18)
Custos de operação	5	(12,338)	(11,862)
Lucro bruto	5	47.908	34.989
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(4.389)	(4.681)
Perdas de créditos esperadas		109	(185)
Lucro operacional	6	43.628	30.123
Resultado financeiro	6	1.063	1.710
Receitas financeiras		1.809	1.859
Despesas financeiras		(604)	(91)
Outros resultados financeiros, líquidos		(142)	(58)
Lucro antes dos tributos	7	44.691	31.833
Tributos sobre o lucro	7	(10.662)	(8.121)
Corrente		(7.947)	(3.074)
Diferido		(2.715)	(47)
Lucro líquido do exercício	7	34.029	28.712
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	13.2	0,54	0,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	34.029	28.712
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(347)	-
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	118	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(229)	-
Resultado abrangente do exercício	33.800	28.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.085	6.617	20.922	171.991	-	21.534	254.149
Aprovação de dividendos adicionais (nota 13.2b)	-	-	-	-	-	(21.534)	(21.534)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.029	-	34.029
Outros resultados abrangentes (nota 13.3)	-	-	-	-	(229)	-	(229)
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração aos acionistas (nota 13.2A.b)	-	-	-	-	(13.503)	-	(13.503)
Constituição de reservas de lucros (nota 13.4)	-	-	-	20.526	(20.526)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	33.085	6.617	20.922	171.991	(229)	-	252.912
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.085	6.617	20.922	171.991	-	28.117	260.732
Aprovação de dividendos adicionais (nota 14.2b)	-	-	-	-	-	(28.117)	(28.117)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	28.712	-	28.712
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração aos acionistas (nota 13.2.b)	-	-	-	-	(28.712)	21.534	(7.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.085	6.617	20.922	171.991	-	21.534	254.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos. Em 20 de outubro de 2023 foi emitido o despacho nº 3.928 permitindo a implantação de melhorias na subestação Tomba, com conclusão das obras em dezembro de 2024 e com RAP adicional de R\$2.120 (data referência: setembro de 2023), corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP/M. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$64.736 (R\$72.947 para o ciclo 2023/2024). **1.1. Gestão de risco financeiro e operacional:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia, os quais devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seu respectivo estatuto social e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*; risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; • O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram a carteira de aplicações; • A contratação de derivativos de taxa de juros e índices de preços para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos “exóticos” nem “alavancados”. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos

preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um IDeathon com o foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

• Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.

• 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;

• Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular e artesanal, em parceria com o SENAI CIMATEC; a formação de trabalhadores de cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Cajú de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

• Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Iha Solteira, Monguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

11.4. Instituto Neoenergia
O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados, edição de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização de curso de educação patrimonial com ações públicas, intervenção cultural e o projeto lúmen: técnico eficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Baía Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e cooperação com investidores locais. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos em negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 533,84 mil no Programa de PDI da Afluente T. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

(i) **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)**, com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), está sendo desenvolvido um portal de informações do segmento de trans-

missão de energia elétrica. Esse portal visa melhorar a eficiência do processo de gestão e permitir o acesso da sociedade a informações qualificadas.

(ii) **Projeto Tirantes**, estão sendo desenvolvidos modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Dois sistemas estão em desenvolvimento: um consiste em sapata de concreto armado e tirantes ancorados no terreno; o outro consiste em estacas helicoidais, injetadas ou não, coroadas por grelha metálica ou bloco pré-moldado.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados, edição de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização de curso de educação patrimonial com ações públicas, intervenção cultural e o projeto lúmen: técnico eficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Baía Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e cooperação com investidores locais. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos em negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 533,84 mil no Programa de PDI da Afluente T. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

(i) **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)**, com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), está sendo desenvolvido um portal de informações do segmento de trans-

missão de energia elétrica. Esse portal visa melhorar a eficiência do processo de gestão e permitir o acesso da sociedade a informações qualificadas.

(ii) **Projeto Tirantes**, estão sendo desenvolvidos modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Dois sistemas estão em desenvolvimento: um consiste em sapata de concreto armado e tirantes ancorados no terreno; o outro consiste em estacas helicoidais, injetadas ou não, coroadas por grelha metálica ou bloco pré-moldado.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados, edição de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização de curso de educação patrimonial com ações públicas, intervenção cultural e o projeto lúmen: técnico eficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Baía Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e cooperação com investidores locais. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos em negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 533,84 mil no Programa de PDI da Afluente T. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

(i) **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)**, com o objetivo de reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), está sendo desenvolvido um portal de informações do segmento de trans-

missão de energia elétrica. Esse portal visa melhorar a eficiência do processo de gestão e permitir o acesso da sociedade a informações qualificadas.

(ii) **Projeto Tirantes**, estão sendo desenvolvidos modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Dois sistemas estão em desenvolvimento: um consiste em sapata de concreto armado e tirantes ancorados no terreno; o outro consiste em estacas helicoidais, injetadas ou não, coroadas por grelha metálica ou bloco pré-moldado.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados, edição de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização de curso de educação patrimonial com ações públicas, intervenção cultural e o projeto lúmen: técnico eficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Baía Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e cooperação com investidores locais. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento
Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inova



1.1.2. Gestão de demais riscos associados: (a) Casos fortuitos e de força maior: Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais. A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras. A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. **(b) Inadimplência Extraordinária:** A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses. Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão. A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura. **(c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	60.141
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	60.141
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de créditos esperadas
10	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12.3	Instrumentos financeiros derivativos
13	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Safe and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sécado, Desconto de títulos, <i>Risks factoring</i> , <i>Confirming</i> e <i>Forward</i> , assimelhadadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstrações do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas Companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarborização (CBO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarborização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de operação e manutenção	26.022	26.225
Remuneração do ativo contratual	27.351	27.091
Receita de construção	39.970	32.514
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	4.170	9.024
Ganho (perda) na RAP ^(a)	7.791	(14.799)
Outras receitas	(29)	42
Receita operacional bruta	105.275	80.097
(-) Deduções da receita operacional bruta (nota 3.1)	(19.276)	(12.790)
Total receita operacional líquida	85.999	67.307

^(a) A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

Tributos	2024	2023
PIS e Cofins correntes	(7.245)	(2.865)
PIS e Cofins diferidos	(2.613)	(58)
Imposto sobre serviços - ISS	(22)	(22)
Encargos setoriais	(9.880)	(2.945)
Reserva global de reversão - RGR	(2.247)	(2.030)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(4.347)	(4.640)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(604)	(657)
Encargos do consumidor - PROINFA	(1.956)	(2.255)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(242)	(243)
Total	(19.396)	(12.790)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao

pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, e com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,5%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(112)	219
Material	(8.984)	(15.872)
Serviços de terceiros	(16.655)	(4.798)
Total	(25.753)	(20.451)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais operação e administrativas		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.693)	(1.381)
Serviços de terceiros	(8.960)	(1.855)
Depreciação e amortização	(57)	(136)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.428)	(1.017)
Total	(12.338)	(4.389)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Pessoal e benefícios a empregados	(1.362)	(1.372)
Material	(1.716)	(112)
Serviços de terceiros	(7.730)	(1.271)
Depreciação e amortização	(45)	(153)
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.014)	(1.773)
Total	(11.867)	(4.681)

7. RECEITAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Renda de aplicações financeiras	1.745	1.448
Outras receitas financeiras	64	41
Total	1.809	1.489

Despesas financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida (Atualizações) reversões de provisões para processos judiciais	(105)	(14)
Outras despesas financeiras	(490)	(166)
Total	(604)	(91)

Outros resultados financeiros, líquidos

Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(706)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(88)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	706	-
Outras variações monetárias, líquidas	(54)	(58)
Total	(42)	(58)
Total	1.063	1.710

7.1. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em 1º de janeiro de 2024 a Companhia alterou seu regime de apuração para o Lucro Real anual. Até dezembro de 2023, o IRPJ e a CSLL eram calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado
A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	44.691	31.633
Tributos sobre o lucro base na legislação - 34%	(15.195)	(10.823)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	4.591	-
Diferença de presunção de base do lucro presumido	-	7.749
Outras adições (reversões)	(58)	(47)
Tributos sobre o lucro	(10.662)	(3.121)
Alíquota efetiva	24%	10%
Corrente	(7.947)	(3.074)
Diferido	(2.715)	(47)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos:

	2024	2023
Prejuízo fiscal	903	-
Diferenças temporárias:		
PLR	88	-
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(12.159)	(7.946)
Outros	625	-
Saldo final do exercício	(10.543)	(7.946)
Passivo não circulante	(10.543)	(7.946)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(7.946)	(7.899)
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.715)	(47)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	118	-
Saldo final do exercício	(10.543)	(7.946)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2025
Ativo fiscal diferido	1.615
Efeito líquido	1.615

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar:

	2024	2023
Imposto de renda - IR	2.627	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	995	-
Ativo	3.622	-
Ativo circulante	3.622	-

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	468	414
Fundos de investimento	5.256	1.789
Total	24.210	8.256
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	284	163
Programa de integração social - PIS ^(a)	392	275
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ^(a)	191	179
Outros tributos	645	304
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.566	1.223
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.789	1.473
Encargos do Consumidor - PROINFA	29.995	10.372
Outros encargos setoriais		
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	31.784	18.845
Circulante	17.899	14.743
Non circulante	13.885	4.102

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são reconhecidas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 e de 99,9% do CDI (100,3% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	7.321	2.810
Total	7.321	2.810

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propo-

to específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações resultando no pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024	2023
Perdas de créditos esperadas		
Receível	7.527	(182)
Concessionárias	7.54	



outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 15.7.

a) Ativos e Passivos dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratos para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	271	-
Exposição líquida	271	-
Ativo circulante	359	-
Passivo circulante	(88)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratos para proteção de dívidas	271	-
	271	-

b) Efeito dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024	2023
Saldo inicial		
(Perda) reconhecido no resultado	618	-
Ganho reconhecido no resultado abrangente	(347)	-
Saldo final	271	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado		
Resultado financeiro, líquido	618	-

11.3.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designadas como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. b) **Estimativa e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 15.3 e 15.8, respectivamente.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais trabalhistas	458	458
	458	458
Não circulante	458	458

12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais trabalhistas provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	458	849
Reversões	(9)	(302)
Atualizações monetárias	9	(82)
Saldo final do exercício	458	458

Os processos trabalhistas referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia cujos principais temas envolvem diferenças salariais/verbas rescisórias, incidência de adicionais de periculosidade e insalubridade, pedidos de equiparação salarial, entre outros, com montante provisionado de R\$458 (R\$458 em 31 de dezembro de 2023). b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos fiscais (i)	10.135	8.716
Processos trabalhistas (ii)	1.685	1.501
	11.820	10.217

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos fiscais:** refere-se a (i) cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC, e (ii) auto de infração lavrado sob alegação de recolhimento a menor de IRPJ e CSLL em relação à diferença da aplicação dos percentuais de lucro presumido; (ii) **Processos trabalhistas:** refere-se à ação administrativa, contra a Companhia, que possui responsabilidade subsidiária em acidente fatal sofrido por prestador de serviço de empresa contratada. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos trabalhistas	357	351
Processos fiscais	1.675	1.565
	2.032	1.916

12.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$33.085, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 63.084.700 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Total de ações	%	R\$
Acionistas			
Neoenergia S.A.	56.888	90,18%	29.836
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,50%	2.812
Outros acionistas	836	1,32%	437
Total	63.085	100%	33.085

13.2. Lucro por ação e remuneração dos acionistas: a) **Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	34.029	28.712
Média ponderada de número de ações em circulação	63,085	63,085
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,54	0,46

b) **Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	34.029	28.712
Lucro líquido ajustado	34.029	28.712
Constituição de reserva de especial de dividendos não distribuídos	(20.526)	-
Lucro líquido a distribuir	13.503	28.712

	2024	2023
Remuneração		
Mínima obrigatória	8.507	7.178
Remuneração adicional	4.996	21.534
	13.503	28.712

(i) Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JSCP líquido do IRRF. Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	2024	2023
Natureza da remuneração		
Dividendos	-	28.712
Juros sobre capital próprio ⁽ⁱ⁾	13.503	-
	13.503	28.712
Remuneração total por ação	0,21	0,46

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	7.596	9.721
Dividendos distribuídos	35.037	35.295
Dividendos pagos no exercício	(35.465)	(37.420)
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(2.024)	-
Saldo final do exercício	5.144	7.596

13.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$ (229). **13.4. Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A reserva legal da Companhia já atingiu o limite de 20% do capital social, no montante de R\$46,17, razão pela qual não é mais constituída. b) **Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. c) **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

d) **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação. **13.5. Política contábil:** O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação de serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

	2024			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	-	2.362	2.362
			2.362	2.362

	2023			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	-	358	358
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	4.197	947	-	5.144
Compartilhamento de pessoal (c)	-	-	38	38
	4.197	947	396	5.540

	2023			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	-	3.446	3.446
			3.446	3.446

	2023			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	-	664	664
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	6.473	1.123	-	7.596
Compartilhamento de pessoal (c)	-	-	31	31
	6.473	1.123	695	8.291

14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2024			
	Controladora	Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	24.182	26.800	-	50.982
Custo dos serviços (b)	(3.221)	(4.125)	-	(7.346)
Despesas gerais e administrativas (c)	(310)	(501)	-	(811)
	20.651	22.374		43.025

14.2. Transações com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias			
	2024	2023		
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	24.182	26.800	-	50.982
Custo dos serviços (b)	(3.221)	(4.125)	-	(7.346)
Despesas gerais e administrativas (c)	(310)	(501)	-	(811)
	20.651	22.374		43.025

14.3. Principais transações com partes relacionadas

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
							2024
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IGP-M	25 anos	2027	-	15.148
b)	Neoenergia Coelba	CCT	IGP-M	25 anos	2027	-	3.382
c)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2026	(350)	(3.109)
d)	Neoenergia S.A.	Dividendos	N/A	N/A	(4.197)	-	-

14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJR	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	7.321	126	2.810	
Caixa a receber de clientes e outros	7.527	-	-	9.854	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	359	-	-	-	
Outros ativos financeiros	1.292	-	-	2	-	
	8.819	359	7.321	9.982	2.810	
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	6.244	-	-	5.004	-	
Empréstimos e financiamentos	30.794	-	-	134	-	
Instrumentos financeiros derivativos	-	88	-	-	-	
Outros passivos financeiros	2.933	-	-	1.141	-	
	39.971	88	-	6.279	-	

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

15.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1 –** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2 –** Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3 –** Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pouco diferente da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 (análise de sensibilidade). **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	7.321	2.810
Instrumentos financeiros derivativos	359	-
	7.680	2.810

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	de justo (nível 2)	Saldo contábil	de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	30.794	30.910	134	134

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (exc. Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a perdas as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **15.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são swaps. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação